

Frente Verde quer ^{ANC P.12} praias abertas a todos

Editoria de Arte

Da Sucursal de Brasília



Tornar obrigatória a aprovação, pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conema), de qualquer projeto a ser executado na zona costeira e garantir acesso às pessoas para todas as praias brasileiras. Estes são alguns dos pontos aprovados ontem pela Frente Nacional de Ação Ecológica na constituinte (Frente Verde), composta por aproximadamente 40 parlamentares, e que deverão constar de um novo projeto de lei de gerenciamento costeiro.

Já está em tramitação no Congresso Nacional, em regime de urgência, o projeto de lei 216-B, de autoria do Poder Executivo. O texto aprovado ontem pela Frente Verde e por cerca de 30 especialistas em assuntos ambientais não altera substancialmente a proposta do governo, mas modifica a emenda apresentada pelos líderes do PDS, Amaral Neto (RJ), e do PFL, José Lourenço (BA), que eliminava as consultas ao Conema e o caráter público das praias.

Pelo novo texto, a ser apresentado pelos 40 parlamentares da Frente Verde como substitutivo ao projeto em tramitação, deverá ser criado um plano de gerenciamento costeiro para o Brasil capaz de proteger o litoral das adversidades naturais e preservar os aspectos históricos, culturais étnicos e os agrupamentos humanos naturais dessas áreas.

Até o final do mês, o projeto deverá ser votado na Câmara dos Deputados. A Frente Verde está preocupada com a tramitação do projeto do Executivo em regime de urgência, pois poderá levar à sua aprovação por decurso de prazo. A Frente pretende mobilizar os par-

lamentares para acelerar a apreciação do texto e garantir as mudanças apresentadas ontem.

Parte do litoral paulista e mais dez áreas da zona costeira brasileira estão em situação ambiental bastante grave. Estas áreas foram classificadas pela Fundação SOS Mata Atlântica e pela Frente Verde como zonas críticas de degradação ou fortemente degradadas. O levantamento foi feito como forma de alertar a sociedade e as autoridades sobre a necessidade de se criar no Brasil uma política de gerenciamento costeiro.

Especulação imobiliária

Segundo o estudo, dos processos sociais e econômicos que exercem maior impacto sobre os ecossistemas costeiros, se destacam a urbanização e a especulação imobiliária. Estes dois processos — somados a um crescimento médio de 5% ao ano da população das áreas metropolitanas litorâneas — vem provocando um fenômeno denominado conurbação, verificado principalmente nos eixos Rio/São Paulo e Recife/João Pessoa. O processo consiste na urbanização seqüenciada de dois ou mais municípios, que acabam se encontrando.

O problema, segundo as entidades, vem sendo provocado por loteamentos desenfreados de áreas de lagoas, estuários, mangues e dunas causando a poluição de rios com esgotos sanitários e até mesmo a poluição orgânica, gerada pela morte das formas de vida animal e vegetal. Na Baixada Santista, a ação das fábricas tem produzido dois milhões de toneladas de lixo por ano, sendo que a grande maioria é lançada na área estuarina de Santos/Cubatão.